

Recebido em 07/2018. Aceito para publicação em 10/2018.

AVALIAÇÃO DO CONSUMO DE PRODUTOS NATURAIS POR USUÁRIOS DE ESTRATÉGIAS DE SAÚDE DA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS – MT

EVALUATION OF CONSUMPTION OF NATURAL PRODUCTS BY USERS OF THE STRATEGIES OF THE COUNTY FAMILY HEALTH RONDONÓPOLIS – MT

Ana Caroline de Lara¹

Cristiane Melo Oliveira²

Vanessa Alves Mendes³

Patrícia Stocco⁴

Milene Moreno Ferro Hein⁵

Helen Cristina Fávero Lisboa⁶

Resumo: *A utilização de plantas em práticas populares é conhecida desde a pré-história, e, atualmente, tem sido denominada como medicina complementar de saúde. Na última década, foi observado um aumento no uso de práticas terapêuticas alternativas apoiadas por políticas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); em particular, o uso de plantas medicinais e de fitoterápicos. Neste contexto, o presente trabalho teve como objetivo avaliar o consumo de plantas medicinais e fitoterápicos por usuários cadastrados nas Estratégias de Saúde da Família do município de Rondonópolis, MT. Trata-se de uma pesquisa de caráter quantitativo, com delineamento transversal, exploratória, não experimental em que foram realizadas entrevistas por meio de questionários. Do total de 71 pessoas entrevistadas, 63% não sabem a diferença entre fitoterápicos e plantas medicinais, 58% conhecem as diferentes formas de uso das plantas, 45% utilizam o chá e a parte da planta preferida pelos consumidores são as folhas (59%). Aproximadamente 44% não realizaram nenhum tipo de consulta antes do consumo e 48 pessoas fizeram uso concomitante aos medicamentos sintéticos. Considerando os resultados obtidos, verifica-se que pode haver aumento dos riscos de intoxicação e reações adversas e demonstram a necessidade de orientação correta e precisa a respeito do uso dos produtos naturais.*

Palavras-chave: Plantas medicinais; fitoterápicos; produtos naturais.

Abstract: *The use of plants in popular practices has been known since prehistory, and has now been called complementary medicine. In the last decade, there has been an increase in the use of alternative therapeutic practices supported by policies within the scope of the Sistema Único de Saúde (SUS), in particular the use of medicinal plants and herbal medicines. In this sense, the present study aimed to assess the use of medicinal plants and herbal medicines by users registered in the Family Health Strategies in Rondonópolis, MT. This is a quantitative research, in which interviews were conducted by questionnaires. From the 71 people interviewed, 63% do not know the difference between herbal and medicinal plants, 58% know the*

¹ Especialista em UTI pelo Centro Goiano de Ensino Pesquisa e Pós-graduação. Graduada em Enfermagem pela Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil. E-mail: carolinedelara@hotmail.com.

² Enfermeira Pela Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Rondonópolis/MT, Brasil. E-mail: crismelops@hotmail.com.

³ Enfermeira, Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela Fundação Universidade Federal de Rondônia, Brasil. E-mail: vanessaa.mendes03@gmail.com.

⁴ Especialista em urgência/emergência e UTI pela FBCBRASIL Faculdade Brasil Central- Cgesp Ensino, Goiânia, GO, Brasil. E-mail: patty_stocco@hotmail.com.

⁵ Especialista em Gestão e Tecnologia Ambiental pela Universidade Federal de Mato Grosso, Campus de Rondonópolis, Brasil. E-mail: m2f_bio@yahoo.com.br.

⁶ Doutora e Mestre em Biotecnologia pelo Instituto de Química, UNESP, Araraquara, Brasil. E-mail: helcrisiq@yahoo.com.br.

different ways of using the plants, 45% drink them as tea, and the part of the plant preferred by consumers are the leaves (59%). Approximately 44% had not conducted any type of consultation before consumption and 48 people made concomitant use of synthetic drugs. Considering the results obtained, it is verified that there may be increased risks of intoxication and adverse reactions; therefore, there is the need for correct and accurate guidance regarding the use of natural products.

Keywords: Herbal medicine; phytotherapeutics; natural products.

1. INTRODUÇÃO

Desde a pré-história, o homem procurou aproveitar os princípios ativos encontrado nos vegetais, embora de modo totalmente empírico ou intuitivo, baseado em descobertas ao acaso (ROCHA; ROCHA, 2006), evento que faz alusão às tribos primitivas em que as mulheres eram incumbidas de extrair das plantas os princípios ativos para utilizá-los na cura de doenças (FRANÇA et al., 2008).

Dessa maneira, o ser humano vem utilizando os recursos da flora no tratamento de diversas patologias, sendo considerada uma prática milenar construída na sabedoria do senso comum, envolvendo a cultura e a saúde que estão inseridas no contexto histórico da sociedade (TUROLLA; NASCIMENTO, 2006; VIEIRA, 2008). Assim, a utilização de plantas para o tratamento e prevenção de afecções vem, cada vez mais, ganhando consumidores em todo mundo, não somente pelo poder curativo, mas também pelo custo acessível quando comparados aos medicamentos alopáticos (MENDES et al., 2018).

As plantas medicinais, também denominadas drogas vegetais (BRASIL, 2010), são aquelas que têm princípios ativos de caráter medicinal, servindo para o tratamento de doenças. De acordo com a definição proposta pela ANVISA, “as plantas medicinais são aquelas capazes de aliviar ou curar enfermidades e têm tradição de uso como remédio em uma população ou comunidade”. Atualmente desempenham um papel muito importante na medicina moderna, sendo cada vez mais utilizadas pela população, em que em alguns lugares, são as únicas alternativas disponíveis aos usuários (TUROLLA; NASCIMENTO, 2006; FRANÇA et al., 2008).

Tanto as plantas medicinais, quanto os fitoterápicos podem ser considerados produtos naturais. Sendo a fitoterapia uma terapêutica caracterizada pelo uso de plantas medicinais em suas diferentes formas farmacêuticas, sem a utilização de substâncias ativas isoladas, ainda que de origem vegetal. São medicamentos fitoterápicos aqueles caracterizados pelo conhecimento da eficácia e dos riscos de seu uso, assim como pela reprodutibilidade e constância de sua qualidade, não oferecendo riscos à saúde dos usuários (BRASIL, 2006).

Segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária,

“quando a planta medicinal é industrializada para se obter um medicamento, tem-se como resultado o fitoterápico. O processo de industrialização evita contaminações por micro-organismos e

substâncias estranhas, além de padronizar a quantidade e a forma certa que deve ser usada, permitindo uma maior segurança de uso. Os fitoterápicos industrializados devem ser regularizados na Anvisa antes de serem comercializados. Fitoterápicos também podem ser manipulados em farmácias de manipulação autorizadas pela vigilância sanitária e, neste caso, não precisam de registro sanitário, mas devem ser prescritos por profissionais habilitados” (BRASIL, 2018).

Contudo, deve ser levado em consideração o uso inadequado das plantas, que podem trazer danos à saúde dos indivíduos que fazem uso de forma indiscriminada, não sendo estas livres de toxicidade ou reações adversas, podendo interagir com outros medicamentos, alimentos ou características do próprio paciente (BALBINO; DIAS, 2010). O conhecimento empírico e científico, ao longo do tempo, mostra que as plantas medicinais e os medicamentos fitoterápicos podem causar efeitos adversos, toxicidade e apresentar contraindicações de uso (ALEXANDRE; GARCIA; SIMÕES, 2005; CAMPOS et al., 2016).

Outra possível problemática é o uso de fitoterápicos e de plantas medicinais concomitantes aos medicamentos sintéticos. A maioria dos usuários desconhece a existência de interações medicamentosas, devendo haver uma preocupação especial entre as interações erva-medicamentos, pois há plantas que não podem ser utilizadas juntamente com alguns fármacos, seja por anular ou por potencializar seus efeitos (CRAIG; STITZE, 2005; BALBINO; DIAS, 2010).

Várias espécies possuem registros de toxicidade e contraindicação de uso, e a utilização de plantas sem orientação médica apropriada se torna um fator preocupante, que deve ser considerado pelos atores sociais do setor de saúde, bem como por aqueles envolvidos na educação comunitária (NEGRELLE et al., 2007). O uso inadequado, seja do fitoterápico ou da droga vegetal, pode levar a distúrbios graves quando o paciente já apresenta fatores de riscos, como contraindicações ou se usa outros medicamentos (MAIA et al., 2011). Nesse sentido, a orientação vinda do profissional da saúde é fundamental para que o paciente possa ser alertado sobre os riscos da toxicidade, interações medicamentosas e melhores formas de utilização das terapias alternativas (ZENI et al., 2017).

Nessa perspectiva, acredita-se ser de fundamental importância que os consumidores e profissionais de saúde mantenham um diálogo aberto sobre o uso de produtos fitoterápicos e plantas medicinais (NEGRELLE et al., 2007). Dentro desse contexto, o objetivo desse trabalho foi avaliar o consumo de plantas medicinais e/ou fitoterápicos por usuários cadastrados nas Estratégias de Saúde da Família do município de Rondonópolis – MT.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de caráter quantitativo com delineamento transversal, não experimental, por meio de avaliação exploratória e descritiva, cujo cenário foi o município de Rondonópolis, localizado na região sul do estado do Mato Grosso. Os dados foram coletados no período de março de 2012 a janeiro de 2013, de modo aleatório, em 16 unidades de Estratégias de Saúde da Família (ESF) implantadas no município. As informações foram obtidas por meio de entrevistas estabelecidas por meio do emprego de um questionário direcionado aos usuários de plantas medicinais e/ou fitoterápicos.

A coleta de dados foi iniciada após aprovação pelo de Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Julio Muller (080/CEP- HJUM/2011) e mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelo participante. Foram incluídos, na pesquisa, apenas os usuários de plantas medicinais e/ou fitoterápicos cadastrados no programa de ESF do município e com idade igual ou superior a 18 anos.

As entrevistas foram realizadas nas salas de espera, aplicando-se um questionário com perguntas abertas e/ou fechadas, referente ao sexo, idade, grau de escolaridade, planta utilizada, uso concomitante com medicamentos sintéticos, formas de utilização das plantas, partes aproveitadas, frequência, tempo de uso, forma de aquisição, grau de satisfação pelos benefícios alcançados com a utilização dos produtos naturais.

Foram entrevistados 71 usuários e os dados analisados de forma descritiva, fornecendo as informações relacionadas ao uso dos produtos naturais. Para cálculo e tabulação dos resultados finais, foi utilizado o programa Microsoft Office Excel 2007, sendo expostos em forma de gráficos para melhor entendimento dos resultados.

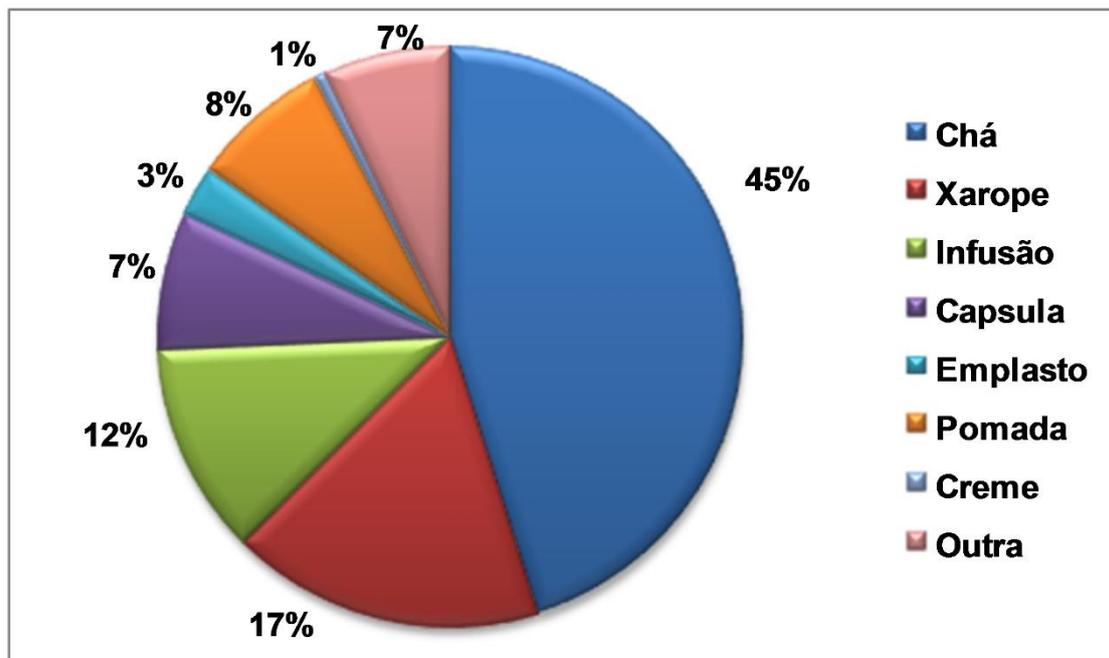
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A escolha dos participantes foi realizada de modo aleatório, no qual foram entrevistados 71 usuários maiores de 18 anos, sendo a maioria do sexo feminino (73%) com média de idade dos participantes em 42 anos. Tais achados foram semelhantes ao encontrado por Araújo et al. (2015), que observaram que o maior público usuário de plantas medicinais e fitoterapia em sua pesquisa era representado por mulheres, com 78,80% dos entrevistados. Para este resultado, vale considerar que as Unidades Básicas de Saúde funcionam de segunda a sexta em horário comercial, o que torna seus horários praticamente incompatíveis com a disponibilidade do homem que trabalha. Nesse contexto, fica evidente a predominância do atendimento à mulher, possivelmente pela menor inserção dela no mercado formal de trabalho com maior disponibilidade de tempo (ARAÚJO et al., 2015).

Aproximadamente 37% dos participantes da pesquisa informaram saber a diferença entre planta medicinal (droga vegetal) e fitoterápicos, e 58% por cento

afirmaram conhecer as diferentes formas de uso. O modo de preparo mais citado foi o chá (45%), corroborando com estudos realizados por Zeni et al. (2017), em Blumenau - SC e Meyer, Quadros e Zeni (2012), em Ascurra - SC, tendo em vista que é uma das formas mais simples de preparo (Figura 1).

Figura 1 - Apresentações de fitoterápicos utilizados pelos entrevistados

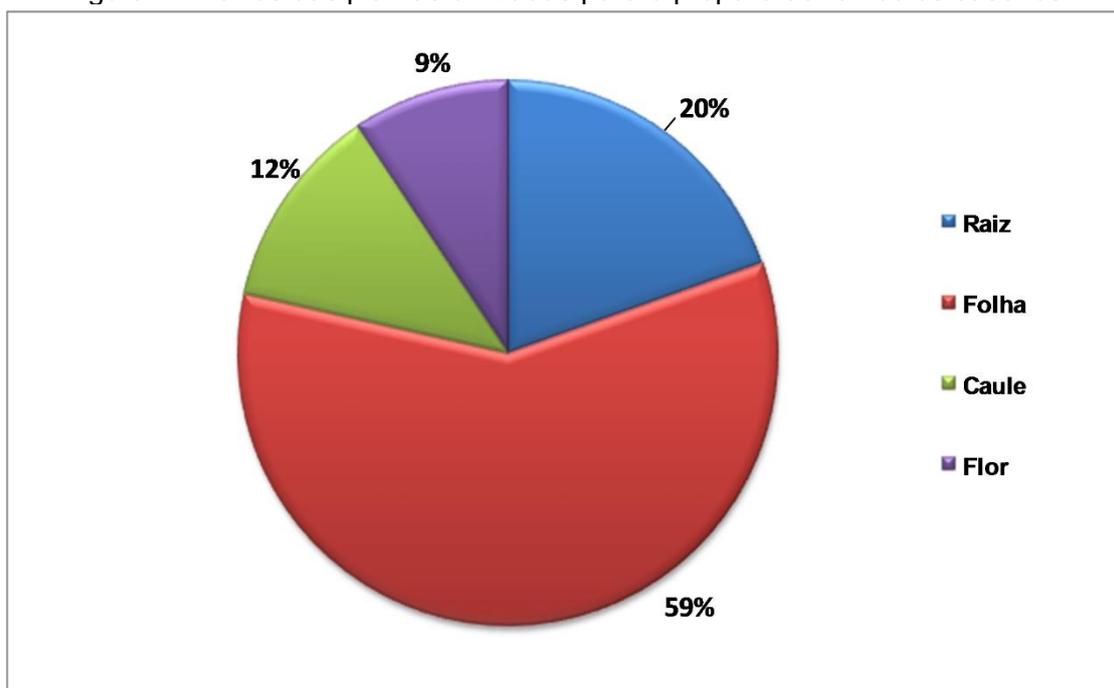


Fonte: Os autores.

As partes das plantas mais utilizadas pelos consumidores foram as folhas (59%), seguida de raízes (20%) (Figura 2). Sendo esse resultado condizente com outras pesquisas já realizadas, que também indicaram as folhas como a parte da planta mais utilizada, demonstrando, assim, a preferência dos consumidores. (NEGRELLE et al., 2007; OLIVEIRA JÚNIOR et al., 2012). O uso acentuado de folhas apresenta um caráter de conservação dos recursos vegetais, pois não impede o desenvolvimento e a reprodução da planta, se a retirada não for excessiva (MARTIN 1995, PILLA et al. 2006).

Verificou-se que 60% dos usuários fizeram uso das plantas de maneira esporádica, com a justificativa de somente utilizarem quando “sentiam a necessidade” e 17% asseguraram fazer uso uma vez por semana. De acordo com os resultados, a maior parte dos entrevistados não seguia uma rotina específica para a ingestão dos preparos de produtos naturais, de forma que esta prática pode aumentar os riscos de intoxicação e possíveis interações. Por outro lado, com o número exagerado de doses, os constituintes químicos da planta deixam de promover efeito terapêutico e começam a desencadear efeitos adversos (OLIVEIRA; GONÇALVES, 2006).

Figura 1 - Partes das plantas utilizadas para o preparo de remédios caseiros.



Fonte: Os autores.

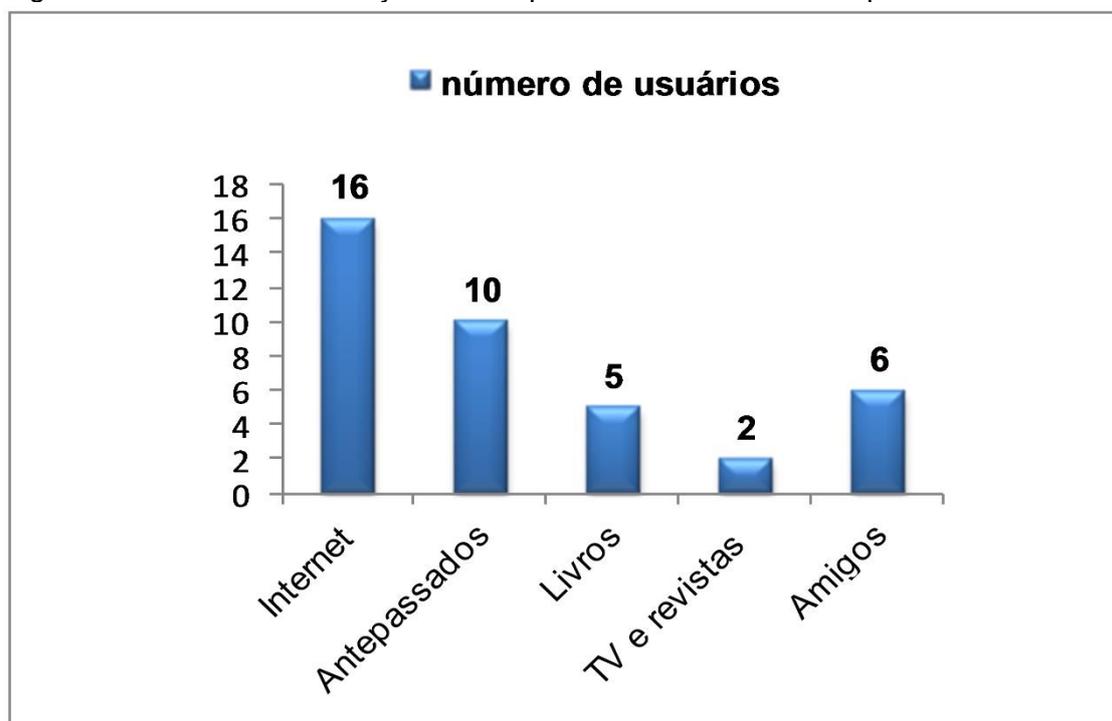
A maior parte dos entrevistados adquiriram as plantas por intermédio de vizinhos (25%) e por meio de produção própria em quintais (26%), semelhante ao encontrado por Zeni et al. (2017) onde, em seu estudo em Blumenau – SC, a maioria dos entrevistados relatou coletar, as plantas no próprio quintal. Tais resultados, concordam com a afirmação de Maciel et al. (2002), que descrevem ser muito comum, encontrar o cultivo de plantas medicinais em quintais residenciais, tanto em regiões mais pobres como em grandes centros.

Entretanto, com a “urbanização do uso de plantas medicinais”, ocorrem problemas decorrentes das informações errôneas disseminadas entre as populações que as consomem, propiciando o uso indiscriminado e facilitado da automedicação sem responsabilidade, uma vez que muitas pessoas cultivam em suas hortas ou quintais, mas que, na realidade, não sabem informar precisamente sobre a indicação terapêutica de cada espécie (ALEXANDRE; GARCIA; SIMÕES, 2005; NEGRELLE et al., 2007; PESSOA; CARTÁGENES, 2010). Vale ressaltar que o cultivo próprio do vegetal torna o uso mais acessível, porém mais perigoso, pois pode ocorrer uma plantação inadequada e engano perante a espécie correta da planta, acarretando efeitos indesejados (REIS; MUDRIK, 2016).

Entre outros riscos, deve-se, ainda, levar em consideração a possível toxicidade intrínseca à planta, a contaminação por agentes externos, como patógenos, a contaminação por metais pesados e pesticidas, entre outros riscos assumidos quando estas são adquiridas em feiras livres, mercados públicos, lojas de produtos naturais ou, até mesmo, no próprio quintal.

Dos 71 participantes do estudo, 44% asseguraram não realizar nenhum tipo de busca por informações sobre os produtos naturais antes de utilizá-los, sendo um número muito alto que merece atenção, pois os princípios ativos das plantas podem levar a reações adversas e intoxicações. Do total de entrevistados, somente 39 pessoas garantiram realizar buscas por informações sobre as plantas medicinais, citaram, como base do conhecimento, os meios de comunicação, os antepassados e os amigos, sendo a maior busca pela internet (Figura 3), concordante com o descrito por Souza (2005) que afirma que o meio eletrônico tem importância significativa na disseminação de informações sobre plantas medicinais, mas, sobretudo, deve-se levar em consideração a confiabilidade dos endereços acessados.

Figura 3 - Fontes de informações sobre produtos naturais citados pelos entrevistados.



Fonte: Os autores.

Com relação ao tempo de utilização dos produtos naturais, 81% confirmaram que utilizavam há vários anos, sob a justificativa de que se tratava de produtos naturais cujos antepassados influenciaram, diretamente, na decisão de consumo, com 29% dos consumidores afirmando utilizar dessa opção, por fazer parte da tradição passada de geração em geração. Isso se deve, provavelmente, pela confiança nos produtos naturais, e ao conhecimento empírico adquirido com os mais idosos (MEYER; QUADROS; ZENI, 2012), além do uso de erva medicinal ser uma prática secular, baseada no conhecimento popular e transmitida oralmente, na maior parte das situações (NEGRELLE et al., 2007), facilitando a transferência de informação e encorajando as pessoas ao uso.

Em pesquisas realizadas Meyer, Quadros e Zeni (2012) e Zeni e Bosio (2011), o tempo de duração dos tratamentos realizados pelos entrevistados foi variado (85% e 30,2%, respectivamente), principalmente sem tempo definido, sendo explicado pelo entrevistado como “até ficar bom”, mas também citaram poder usar diariamente, esporadicamente, por dias, semanas e até anos, conforme a afecção.

Um total de 31% dos usuários alegou utilizar os produtos por serem naturais e menos prejudiciais à saúde, e, conseqüentemente, terem menos efeitos adversos. A concepção de que o natural é, obrigatoriamente, saudável não confere com a realidade, pois tal afirmação é enganosa e remete a inúmeros riscos à saúde da população (TOLEDO et al., 2003). Essa tendência à generalização do uso de plantas medicinais, por se entender que tudo que é natural não é tóxico e nem faz mal à saúde, trata-se de um conceito errôneo, pois os próprios constituintes das plantas podem desencadear reações adversas e, apesar de parecer trivial, a toxicidade de medicamentos preparados com produtos naturais é um problema sério de saúde pública (BALBINO; DIAS, 2010; VEIGA; MACIEL; PINTO, 2005).

Ao se analisar as respostas referentes ao “uso concomitante com medicamentos alopáticos”, verificou-se que 61% dos entrevistados afirmaram fazer uso de fármacos concomitantemente com produtos naturais, sendo mais citados os medicamentos analgésicos e antitérmicos. Aproximadamente, 9% relataram não fazer uso de medicamentos alopáticos e não terem problemas crônicos de saúde. Já, os 30% restantes eram dependentes de fármacos devido às doenças crônicas, como hipertensão e diabetes, porém utilizavam as plantas medicinais para outros fins, apenas em 05 questionários constava a utilização de ervas para auxílio no tratamento específico.

Esses dados demonstram uma realidade preocupante, pois, conforme foram descritos nos questionários, a maioria dos entrevistados utilizam medicações alopáticas sem prescrição. O princípio ativo de várias plantas pode interferir no tratamento medicamentoso, potencializando ou anulando os seus efeitos. As interações entre fármacos e os componentes químicos existentes nas plantas medicinais e nos fitoterápicos podem ocasionar adulterações nos níveis de concentrações dos princípios ativos dos fármacos e, conseqüentemente, ocasionando transformações nos seus perfis de eficácia e/ou segurança (ALEXANDRE; BAGATINI; SIMÕES, 2008).

A ausência de informações adequadas sobre as propriedades farmacológicas das plantas, seu consumo concomitante com medicamentos sintéticos e o não conhecimento sobre o real efeito medicinal e tóxico das plantas são fatores que fazem com que a população tenha receio em usar os produtos naturais, focando, dessa forma, a necessidade de maior especialização dos profissionais de saúde acerca do tema (TAUFNER; FERRAÇO; RIBEIRO, 2006). A orientação vinda do profissional da saúde é fundamental para que o paciente possa ser alertado sobre os riscos da toxicidade,

interações medicamentosas e melhores formas de utilização das terapias alternativas (PETRY; ROMAN-JÚNIOR, 2012).

Dessa forma, torna-se imprescindível que os usuários recebam orientações adequadas para que haja uma utilização de forma correta e racional dos fitoterápicos; como o modo de preparo, as contraindicações e as indicações do fitoterápico/planta medicinal para cada patologia apresentada (NOBREGA et al., 2017), tornando-se, portanto, indispensável a capacitação dos profissionais, para a eficácia e segurança no uso da fitoterapia, uma vez que eles são os principais multiplicadores das orientações dentro da comunidade (SAMPAIO et al., 2013).

4. CONCLUSÃO

A partir dos objetivos propostos e resultados obtidos, verificou-se que a utilização de produtos naturais é uma prática cultural bastante difundida entre a população, contudo com pouca certificação teórica. Grande parte dos usuários não buscou informações antes de consumir, e dos que realizaram busca, não se pode afirmar se há comprovação científica das informações. Tal problemática contribui para disseminação de informações errôneas quanto ao uso das plantas medicinais e dos fitoterápicos, e evidencia os riscos de intoxicação e efeitos adversos decorrentes da utilização inadequada e indiscriminada. Embora a maioria dos entrevistados tenha utilizado as ervas de forma esporádica, deve-se ressaltar, que quase em sua totalidade, os usuários faziam uso de medicamentos sintéticos concomitantemente, podendo interferir no perfil de eficácia e na sua segurança.

Ainda que não tenha sido mencionada durante a pesquisa a existência de relatos de intoxicação entre os entrevistados, constatou-se que eles ainda não possuem conhecimento suficiente sobre a utilização adequada das plantas medicinais, salientando que, em momento algum, foi citada a transmissão de informações por parte de profissionais de saúde, em especial àqueles das estratégias de saúde da família em que os usuários são cadastrados.

Dessa forma, pode-se ressaltar a importância da implantação de hortas medicinais nas Unidades Básicas de Saúde, bem como a capacitação dos profissionais que nelas atuam, para que, dessa maneira, a população que busca assistência básica de saúde nas ESF continue utilizando dessa prática milenar, entretanto com orientações corretas e precisas acerca do consumo dos produtos naturais.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, R. F; GARCIA, F. N; SIMÕES, C. M. O. Fitoterapia baseada em evidências. Parte 1: Medicamentos fitoterápicos elaborados com Ginkgo, Hipérico, Kava e Valeriana. **Acta Farmacéutica Bonaerense**, v. 24, n. 2, p. 300-309, 2005.

ALEXANDRE, R. F.; BAGATINI, F.; SIMÕES, C. M. O. Interações entre fármacos e medicamentos fitoterápicos à base de ginkgo ou ginseng. **Rev. Bras. Farmacogn.** v.18, n.1, p. 117-126, jan-mar. 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-695X2008000100021>>. ISSN 0102-695X>. Acesso em: 09 fev. 2013.

ARAÚJO, M. S. C. et al. A utilização de plantas medicinais e da fitoterapia em comunidades assistidas pela Estratégia Saúde da Família. **Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde**, v. 17, n. 4, p. 6-16, 2015.

BALBINO, E. E.; DIAS, M. F. Farmacovigilância: um passo em direção ao uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos. **Rev. Bras. de Farm.** v.20, n.6, p. 992-1000, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS – PNPIC**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Agência nacional de vigilância sanitária. **Medicamentos fitoterápicos e plantas medicinais**. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/fitoterapicos>>. Acesso em: 06 set. 2018.

BRASIL. Agência nacional de vigilância sanitária. **Resolução RDC nº 10, de 9 de março de 2010**. 2010. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2010/res0010_09_03_2010.html>. Acesso em: 06 set. 2018

CAMPOS, S. C. et al. Toxicidade de espécies vegetais. **Rev. Bras. Pl. Med.**, v. 18, n. 1, p. 373-382, 2016

CRAIG, C. R.; STITZE, L. E. **Farmacologia Moderna**: com aplicações clínicas. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 2005.

FRANÇA, I. S. X. et al. Medicina popular: benefícios e malefícios das plantas medicinais. **Rev. Bras. de Enf.**, v. 61, n. 2, p. 201-208, 2008.

MAIA, L. F. et al. Plantas medicinais e hipertensão. **Farmácia Revista**, v. 24, n. 1, p. 24-25, 2011.

MACIEL, M. A. M. et al. Plantas medicinais: a necessidade de estudos multidisciplinares. **Quim. Nova**, v. 25, n. 3, p. 429-438, 2002.

MARTIN, G. L. **Ethnobotany**: A 'People and Plants' conservation manual. London: Chapman & Hall. 268 p. 1995.

MENDES, V. A. et al. Avaliação do uso de produtos naturais na prática do profissional de saúde. **Revista Saúde (Sta. Maria)**, v. 44, n. 1, p. 1-7, 2018.

MEYER, L.; QUADROS, K. E.; ZENI, A. L. B. Etnobotânica na comunidade de Santa Bárbara, Ascurra, Santa Catarina, Brasil. **Rev Bras Bioci.**, v. 10, n. 3, p. 258-226, 2012.

NEGRELLE, R. R. B. et al. Estudo etnobotânico junto à Unidade Saúde da Família Nossa Senhora dos Navegantes: subsídios para o estabelecimento de programa de

fitoterápicos na Rede Básica de Saúde do Município de Cascavel, Paraná. **Rev. Bras. Pl. Med. Botucatu**, v.9, n.3, p.6-22, 2007.

NÓBREGA, A. L. et al. Importância da orientação dos profissionais das equipes de saúde da família acerca do uso da fitoterapia. **Revista Brasileira de Educação e Saúde**, v. 7, n. 1, p. 43-48, 2017.

OLIVEIRA, F. Q; GONÇALVES, L. A. Conhecimento sobre plantas medicinais e fitoterápicos e potencial de toxicidade por usuários de Belo Horizonte, Minas Gerais. **Rev. Eletron. Farm**, v. 3, n. 2, p. 36-41, 2006.

OLIVEIRA JÚNIOR, R. G. et al. Plantas medicinais utilizadas por um grupo de idosos do município de Petrolina, Pernambuco. **Revista Eletrônica de Farmácia**, v. 9, n. 3, p. 16-28, 2012. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/REF/article/view/20491>. Acesso em: fev. 2017.

PESSOA, D. L. R.; CARTÁGENES, M. S. S. Utilização de plantas medicinais por moradores de dois bairros na cidade de São Luís, Estado do Maranhão. **Rev. Enciclopédia Biosfera**, v. 6, n. 11, p. 1-9, 2010.

PETRY, K.; ROMAN JÚNIOR, W. A. Viabilidade de implantação de fitoterápicos e plantas medicinais no Sistema Único de Saúde do município de Três Passos/RS. **Revista Brasileira de Farmácia**, Rio de Janeiro. v. 93, n. 1, p. 60-67, 2012.

PILLA, M. A. C. et al. Obtenção e uso das plantas medicinais no distrito de Martim Francisco, município de Mogi-Mirim, SP, Brasil. **Acta Botanica Brasilica**, v. 20, n. 4, p. 789-802, 2006.

REIS, A. C. A.; MUDRIK, P. Perfil de utilização de plantas medicinais por moradores da zona rural do município de São Gonçalo do Sapucaí–MG. **Revista Interação**, v. 18, n. 3, p. 154 – 171, 2016.

ROCHA, G. M; ROCHA, M. E. N. Uso popular de plantas medicinais. **Rev. Saúde & Ambiente**, v. 1, n. 2, p. 76-85, jul/dez, 2006.

SAMPAIO, L. A. et al. Percepção dos enfermeiros da estratégia saúde da família sobre o uso da fitoterapia. **REME Rev Min Enferm.**, v. 17, n. 1, p. 76-84, 2013.

SOUZA, L. B. M. **Disseminação da informação sobre plantas medicinais**. 2005. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufba.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1267>. Acesso em: 5 jan. 2013.

TAUFNER, C. F; FERRAÇO, E. B; RIBEIRO, L. F. Uso de plantas medicinais como alternativa fitoterápica nas unidades de saúde pública de Santa Teresa e Marilândia, ES. **Revista científica da Escola Superior São Francisco de Assis**, v. 4, n. 1, p. 30-39, 2006. Disponível em: <http://www.naturezaonline.com.br/natureza/conteudo/pdf/Medicinais_STer_Mari.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2013.

TOLEDO, A. C. O. et al. Fitoterápicos: uma abordagem farmacotécnica. **Rev. Lecta**, v. 21, n. 1, p. 7-13, jan/dez, 2003.

TUROLLA, M. S. R.; NASCIMENTO, E. S; Informações toxicológicas de alguns fitoterápicos utilizados no Brasil. **Rev Bras de Ciên Farm**, v. 42, n. 2, p. 289-306, 2006.

VEIGA, J. R. V. F.; MACIEL, M. A. M.; PINTO, A. C. Plantas medicinais: cura segura? **Quim Nova**, v. 28, p. 519-528, 2005.

VIEIRA, M. J. **Análise do setor de plantas medicinais e fitoterápicos - como alternativa de desenvolvimento regional para Santa Catarina**. 2008. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Contestado, Canoinhas, 2008.

ZENI, A. L. B.; BOSIO, F. O uso de plantas medicinais em uma comunidade rural de Mata Atlântica- Nova Rússia, SC. **Neotrop Biol Conserv.**, v. 6, n. 1, p. 55-63, 2011.

ZENI, A. L. B. et al. Utilização de plantas medicinais como remédio caseiro na Atenção Primária em Blumenau, Santa Catarina, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 8, p. 2703-2712, 2017.